



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA –
PROEAD
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
PNAP
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (EAD)**

DIOGO BARBOSA DOS SANTOS

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE DE 2016 NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

DIOGO BARBOSA DOS SANTOS

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE DE 2016 NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Ms. Gilbergues Santos Soares

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237i Santos, Diogo Barbosa dos.
O ideário neoliberal e as implicações do golpe de 2016 na política de educação superior no Brasil [manuscrito] / Diogo Barbosa dos Santos. - 2022.
19 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2023.
"Orientação : Prof. Me. Gilbergues Santos Soares ,
Coordenação do Curso de Administração - CCSA."
1. Políticas sociais. 2. Educação Superior. 3. Projeto neoliberal. I. Título

21. ed. CDD 379

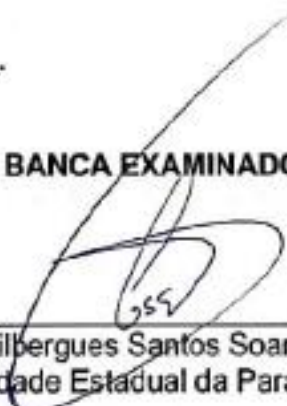
DIOGO BARBOSA DOS SANTOS

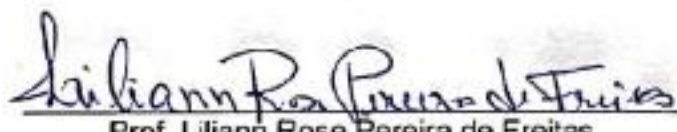
**O IDEÁRIO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE DE 2016 NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

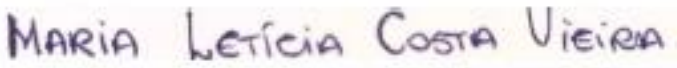
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação
/Departamento do Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública
Municipal.

Aprovada em: 07/12/2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Gilbergues Santos Soares (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Liliann Rose Pereira de Freitas
Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFCG)


Prof. Maria Letícia Costa Vieira
Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFCG)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 CRISE CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO: introduzindo a questão.....	6
3 AS IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	7
4 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
4.1. O golpe de 2016 e suas implicações na Educação Superior brasileira.....	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	17

O IDEÁRIO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE DE 2016 NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

NEOLIBERAL IDEAS AND THE IMPLICATIONS OF THE 2016 COUP IN HIGHER EDUCATION POLICY IN BRAZIL

Diogo Barbosa dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho, apresenta uma discussão acerca da adoção do projeto neoliberal e de suas implicações no campo das políticas sociais, em que procuramos evidenciar, como o neoliberalismo impacta a política de educação pública brasileira, em especial a educação superior, no contexto de crise estrutural do capital, principalmente após o golpe parlamentar ocorrido em 2016. Na sociedade capitalista, atacar e desqualificar a educação faz parte de uma estratégia neoliberal que visa a sustentação das bases de reprodução do capital. Esse fator, torna-se ainda mais constante e profundo quando ocorre no contexto de governos que seguem uma ideologia conservadora e pautada nos interesses das classes dominantes, como é o caso de Michel Temer e do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se dá através de uma reflexão crítica. Busca-se, com a pesquisa, suscitar a reflexão sobre a importância da educação superior, com vistas a compreendê-la como um direito de todos e um dever do Estado e que sua defesa se torna extremamente necessária no atual momento, em que se presencia de forma mais latente, um aprofundamento de seu desmonte em ritmo acelerado no país.

Palavras – chave: Políticas Sociais. Educação Superior. Projeto Neoliberal.

ABSTRAT

This work presents a discussion about the adoption of the neoliberal project and its implications in the field of social policies, in which we seek to show how neoliberalism impacts Brazilian public education policy, especially higher education, in the context of the structural crisis of the capital, especially after the parliamentary coup that took place in 2016. In capitalist society, attacking and disqualifying education is part of a neoliberal strategy aimed at sustaining the bases of capital reproduction. This factor becomes even more constant and profound when it occurs in the context of governments that follow a conservative ideology based on the interests of the ruling classes, as is the case of Michel Temer and current president Jair Messias Bolsonaro. It is a bibliographical and documentary research. The aim of this research is to provoke reflection on the importance of higher education, with a view to understanding it as a right for all and a duty of the State and that its defense becomes extremely necessary in the current moment, in which we are witnessing more latently, a deepening of its dismantling at an accelerated pace in the country.

Keywords: Social Policies. College education. Neoliberal Project

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura política atual, presencia-se um aprofundamento da ideologia neoliberal e de seu projeto de desmonte das políticas sociais. Nesse contexto, insere-se a educação pública superior que vem enfrentando uma série de cortes em seu orçamento. Por conseguinte, o sucateamento ocasionado pelas políticas neoliberais e seu projeto de mercantilização, tem levado as Instituições de Ensino Superior - IES a se adequarem aos interesses do grande capital.

Nessa esteira, merece destaque o desmonte do ensino superior promovido após o golpe jurídico parlamentar de 2016, principalmente em decorrência das medidas adotadas no documento “Uma ponte para o futuro” apresentado pelo ex-presidente interino Michel Temer. Tais medidas impactaram e continuam, no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, a impactar a educação superior no Brasil. Tais medidas se refletem no processo de aligeiramento da formação superior, na ampliação da oferta de ensino EAD e na expansão do ensino privado, entre outras problemáticas inerentes a esse contexto.

Assim, o estudo aqui desenvolvido, pretende mostrar através de uma pesquisa bibliográfica e documental e de uma reflexão crítica (pautada na razão dialética da teoria social marxista), as contradições do modo de reprodução do capital e seus rebatimentos no campo das políticas públicas, em especial no âmbito da educação superior pública, que vem impactar o conjunto da sociedade e/ou classe trabalhadora.

Para realização da pesquisa bibliográfica, referenciamos autores clássicos e contemporâneos (mediante a consulta a artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, tese, dissertação), em que buscamos uma apropriação das categorias teóricas crise capitalista e neoliberalismo, as quais permitiram uma aproximação ao objeto desse estudo. A pesquisa documental, se deu a partir de documentos legais que regem a educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).

Busca-se com essa pesquisa, oferecer elementos que suscitem reflexões sobre a importância da problematização acerca dessa temática, bem como de mobilizações para a defesa da educação superior e de qualidade, pois trata-se de defender o acesso as universidades públicas, não só no âmbito do momento presente, mas também para as próximas gerações.

2 CRISE CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO: introduzindo a questão

É sabido que o capitalismo se constitui num sistema econômico que apresenta uma dinâmica instável, perpassada por períodos de crescimento da produção e, também, por períodos de recessão. Nesse sentido, vemos que suas sucessivas crises econômicas trazem, em seu bojo, um conjunto de mudanças que afetam às sociedades e em especial a classe trabalhadora. Cabe destacar, que tais crises ocorriam de forma pontual, mas à medida em que aconteciam e se intensificavam, ganhavam uma dimensão mundial.

A crise ocorrida nos anos 1970 já pode ser considerada como uma “crise de magnitude global”. Sobre isso, Mézáros (2011) elucida que se trata de uma crise histórica, caracterizada por uma severidade sem precedentes, que se diferencia das crises anteriores por se manifestar de forma global, atingindo o conjunto da humanidade. Esse fator a configura como uma crise estrutural. É importante compreender, que para amenizar as consequências da crise que se instalava, o capital se viu obrigado a criar estratégias para não perder e, ao mesmo tempo, conseguir manter sua lucratividade.

É dentro desse contexto que o modelo neoliberal se apresenta, propondo uma reestruturação produtiva, com processos de transformação nas empresas e indústrias, caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto da Acumulação Flexível e das novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial.

Nessa linha de entendimento, Teixeira (1998) reforça que a partir do final dos anos 1970 o modelo de acumulação fordista entra em crise. Esta crise passa a ser enfrentada através do processo de reestruturação produtiva que passa a permitir um processo de acumulação flexível para acompanhar as mudanças na composição da demanda. Antes, as mercadorias eram produzidas sem que houvesse a preocupação com a demanda do mercado, a partir da reestruturação produtiva, houve uma reformulação/reorganização em que as empresas passaram a produzir de acordo com as exigências do mercado.

A reestruturação produtiva, implicou em um processo de transformação ocorrido nas empresas e indústrias e essas modificações se materializaram através da desregulamentação e flexibilização do trabalho. Tais medidas impactaram diretamente o trabalhador, pois provocaram um aumento da exploração da força de trabalho, maior exigência dos requisitos e qualificações da força de trabalho,

além de provocar um aumento do emprego formal. Todo esse processo se reflete, assim, na perda de direitos da classe trabalhadora. Behring (2008, p. 37) enfatiza que a reestruturação produtiva:

[...] vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência.

Sobre o neoliberalismo, podemos destacar que ele surge como uma forma de enfrentamento à crise do capital de 1970. Sua gênese, ocorre após a Segunda Guerra Mundial e seu desenvolvimento no contexto mundial, acontece a partir do Consenso de Washington (1989), que objetivou a recomendação a nível internacional do projeto econômico neoliberal aos países subdesenvolvidos. (HARVEY, 2012).

Assim, é possível compreender então, que a crise gestada em 1970, propiciou as condições ideais para a implantação do projeto neoliberal, que surge com a finalidade de “barrar” o Estado intervencionista, uma vez que a intervenção do Estado era vista como a principal causadora da crise econômica do capital, pois acreditavam que o Estado apresentava um excessivo gasto com as demandas sociais.

A partir de então, o neoliberalismo começa a ser implantado nas economias mundiais e à medida que foi se desenvolvendo, fortaleceu suas bases e começou a exercer uma influência e/ou supremacia sobre essas sociedades. Essa hegemonia do capital, para Costa e Oliveira (2011, p. 3) se deu:

[...] por meio de um processo ininterrupto que durou, aproximadamente, uma década. [...] a primeira experiência de implantação das reformas neoliberais ocorreu no Chile (1975), sob a ditadura de Pinochet. Em 1979, as ideias neoliberais ganharam força na Inglaterra, no governo da ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher (1979-1990). Nos Estados Unidos as ideias neoliberais foram implementadas durante o governo Ronald Regan (1980-1988).

É a partir desse cenário, que buscaremos compreender a configuração do Neoliberalismo no contexto brasileiro e suas implicações no tocante a viabilização de direitos sociais e na oferta das políticas públicas sociais, em especial, na política de educação.

3 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Falar de neoliberalismo no Brasil, implica necessariamente, fazer uma análise da conjuntura socio histórica de nossa sociedade, o que requer compreender que aqui o capitalismo foi incorporado de forma tardia. Esse fator evidencia, portanto, que os impactos da crise e seus desdobramentos não se manifestam de forma homogênea, ou seja, em cada país ela adquire particularidades.

A formação econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira e sua condição de dependente das economias centrais, pode ser compreendida a partir da análise dos aspectos do passado, de formação colonial e escravocrata, em que conseguimos perceber que a partir dessa formação, a história do Brasil foi sendo desenvolvida dentro de uma lógica de dominação, a qual tem sua origem no Brasil colônia, e que vem sendo preservada pela elite brasileira que conserva as estruturas arcaicas do nosso passado. Logo, a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país se reflete na intensificação das desigualdades sociais, na diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, na exclusão social, entre outros fatores. (ABEPSS, 1996).

Segundo Santos (2019), os países que se encontram na periferia do sistema capitalista, como no caso do Brasil, configuram-se por ocupar um patamar inferior no que concerne ao desenvolvimento de suas forças produtivas, pois eles convivem com forças produtivas obsoletas e avançadas ao mesmo tempo e isso faz com que os esses países de economia dependente apresentem grande desvantagem no cenário internacional, uma vez que sua participação na economia ocorre de forma desigual, em que produtos de alto valor são importados e trocados por produtos de baixo valor. Cabe destacar também, que a maior parte de seus lucros acaba sendo revertida para os países centrais, já que são eles que controlam as forças produtivas dos países periféricos.

A não participação de forma efetiva nos lucros e na distribuição da riqueza produzida, contribui para o desenvolvimento das desigualdades sociais, que atrelado ao processo de reestruturação produtiva prioriza o trabalhador funcional/polivalente dentro do mercado de trabalho, o que vem contribuir para uma intensificação na precarização do trabalho e da exploração dessa classe trabalhadora, ocasionando entre outros fatores o desemprego, os altos índices de pobreza e exclusão social.

Todos esses fatores provocam o aumento dos problemas sociais cotidianos, o que conhecemos por expressões ou manifestações da questão social.

É dentro desse contexto, que podemos pensar as políticas sociais no cenário brasileiro, com o objetivo de refletirmos acerca de sua configuração num país de economia dependente, que tem suas particularidades pautadas em seu processo sócio histórico de formação.

Para Gasparotto, Gross Vieira (2014), as políticas sociais se constituem como uma das formas de atuação do Estado e podem ser compreendidas como:

[...] uma forma de política pública. Por políticas públicas, entendem-se toda e qualquer ação do Estado, seja no campo econômico, social, nas relações exteriores/internacionais, nas relações internas, e tantas outras dimensões nas quais o Estado intervém, mesmo que de forma mínima. Nesta perspectiva, compreende-se a política social como o conjunto de ações do Estado para atendimento das necessidades sociais e das demandas da classe trabalhadora.

Ademais, as políticas sociais na conjuntura neoliberal, adquirem algumas características, a saber: apresentam-se como focalizadas na pobreza extrema, com uma lógica voltada para o mercado, e na maioria das vezes, centraliza-se na transferência de renda, com o objetivo de inserir o indivíduo na lógica do consumo. (COURI, 2015).

A partir dessas reflexões, podemos entender que no neoliberalismo o Estado encontra-se voltado para os interesses do grande capital e do mercado, essa postura se reflete no descompromisso total dos governos com as demandas sociais. Os interesses do capital se sobrepõem aos interesses do trabalho. Dentro desse contexto, podemos destacar, as reformas implementadas a partir do golpe de 2016, pois elas demonstraram justamente a configuração do Estado sob a influência das políticas neoliberais.

De acordo com Mancebo (2018), o golpe de 2016 significou uma ruptura democrática e ocorreu em meio a um cenário grave de crise política, econômica e social, que teve como pano de fundo a crise econômica internacional de 2008. Essa crise teve início nos Estados Unidos, em consequência da especulação imobiliária (com a falência de vários bancos tradicionais) e seus impactos provocaram manifestações de forma diferenciada, entretanto, tais impactos se mostraram com

maior força nos países de economia periférica, como é o caso do Brasil. Santos, (2020, p. 16-17), afirma que:

A derrocada da presidenta Dilma, e conseqüentemente do Partido do dos Trabalhadores (PT), encontram-se associadas a situações em que a democracia foi posta em questão, sendo assim, atacada pela classe burguesa dominante que contou com forte apoio dos grandes meios de comunicação. [...] O impeachment de Dilma pode ser entendido como o fator decisivo para o desmoronamento do PT, tendo em vista que o cenário político que se desenhava no Brasil não admitia um governo com algum traço popular e sim moldava-se um governo para servir apenas aos interesses do grande capital.

Assim, o golpe jurídico parlamentar de 2016, provocou uma intensificação no cenário de retrocesso, que atenta contra as condições de vida e de luta das classes subalternas, a partir do sucateamento dos serviços públicos (educação, saúde, saneamento, abastecimento, transportes). Todo esse cenário, é sintetizado no documento “Uma ponte para o futuro” do governo Michel Temer (que assumiu como presidente interino).

“Uma ponte para o futuro”, tinha como principal premissa discursiva de que se gastava muito com políticas públicas, apontando que seria necessário um equilíbrio fiscal, a partir de cortes nos gastos públicos. A Emenda constitucional nº 95 traduz justamente a implementação desse novo regime fiscal com um limite para os gastos do governo federal, lei essa com vigência pelos próximos 20 anos. Salienta-se que todas essas medidas, objetivam garantir os privilégios do capital financeiro. (MANCEBO, 2018).

Todos esses acontecimentos, desde a saída da ex presidenta Dilma Rousseff (PT) e depois, o período assinalado por então seu vice, Michel Temer (MDB), que entra em cena com uma agenda neoliberal recheada de retrocessos e ataque a classe trabalhadora, objetivam a retomada e/ou consolidação da direita ao poder político do país.

Essa retomada é efetivada a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro (PL), em 2018, que segue a retórica de retrocessos já sinalizados no decorrer desse trabalho, os quais ampliam ainda mais as desigualdades sociais e estruturais no contexto brasileiro.

É possível compreender, que no capitalismo neoliberal as políticas sociais são relegadas a segundo plano e são submetidas a lógica do mercado. Note-se que a presença do Estado, dentro desse contexto, reflete-se no chamado Estado mínimo

para o social e máximo para o capital, em que temos uma significativa ausência do Estado enquanto provedor das políticas públicas e concomitantemente a esse processo de encolhimento, ocorre a transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil. Há, no decorrer desse movimento, uma individualização dos problemas sociais que passam a ser vistos como problemas inerentes aos indivíduos, em detrimento de uma análise que leve em consideração os determinantes estruturais.

A partir dessas reflexões, buscaremos na próxima seção, discutir os principais impactos das políticas neoliberais na educação, em especial a educação superior, com destaque aos acontecimentos econômicos e políticos implementados após o golpe de 2016.

4 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os anos de 1980 e 1990, demarcam um período de significativo avanço no âmbito das políticas educacionais no Brasil, haja vista, que a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em 1996 consolidam o direito a educação e endossam uma evolução nas normativas brasileiras sobre o processo educacional. A CF de 1988 especifica em seu artigo 205 que a educação se configura como um direito de todos e um dever do Estado e da Família.

Aqui, conseguimos enxergar o papel que cabe ao Estado na condução dessa política pública e é justamente dentro desse contexto de responsabilidade do Estado perante a educação, que iremos traçar nossa análise, em que levaremos em consideração a conjuntura de crise do capital e dos impactos das políticas neoliberais nesse contexto.

É importante destacar que a educação faz parte de um processo de construção social, mas no discurso do neoliberalismo, não há a preocupação com a qualidade social da educação. Assim, dentro da concepção do projeto neoliberal a educação passa por algumas modificações e tais modificações visam adequá-la as leis do mercado, transformando-a em um negócio.

Nesse sentido, a educação a serviço das políticas neoliberais, tem como foco a formação de indivíduos para o trabalho, em detrimento da formação crítica e emancipatória. Dessa forma, quando pensamos na educação para a classe

trabalhadora, podemos compreender que o principal interesse é fornecer os meios necessários para que os trabalhadores possam integrar o mercado de trabalho capitalista e servir aos interesses da classe dominante.

Marrach (1996, p.4) tece importantes considerações acerca da influência do neoliberalismo na educação, ao compreender que se trata de uma estratégia bem articulada. Assim a demonstra em três objetivos específicos, a saber:

[...] Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa.
[...] Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática [...].

Pensar a educação brasileira na conjuntura atual, de crise do capital, requer compreender que ela desempenha um papel fundamental na sociedade e que por esse motivo, tem sido um dos alvos principais do projeto neoliberal, que a utiliza como um mecanismo e/ou veículo para transmissão de seus ideais.

É sabido, que o capital precisa apropriar-se de novas áreas para investir e gerar os lucros necessários à sua manutenção, logo, a educação enquanto mediadora da reprodução social, torna-se uma das áreas mais atacadas pelo projeto neoliberal. Isto, explica o porquê da intensificação do processo de privatização e da redução da educação a uma simples mercadoria, a qual estaria voltada para a reprodução dos interesses das classes dominantes, em detrimento de uma educação com função emancipadora (TONET, 2016).

Feito tais considerações, passaremos agora a analisar a educação e/ou ensino superior dentro da lógica de mercado imposta pelo sistema capitalista e por sua política neoliberal, em que faremos uma abordagem mais precisa acerca das principais implicações ocorridas após o golpe jurídico parlamentar de 2016.

4.1 O golpe jurídico parlamentar de 2016 e suas implicações na educação superior brasileira

Como vem sendo discutido no decorrer deste trabalho, após o golpe de 2016 e conseqüentemente a entrada de Michel Temer (MDB) como presidente interino, o qual assume o país impondo drásticas medidas de ajuste fiscal endossadas no documento “Uma ponte para o futuro”, torna-se possível verificar que há um

aprofundamento acerca da retirada e/ou redução maciça dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. A educação superior, nesse contexto, sofre um processo de desmonte provocado pela desresponsabilização do Estado enquanto provedor da educação pública.

Para Moreira; Bravaresco e Silva (2021), a partir do golpe parlamentar de 2016, a agenda neoliberal avança fortemente na realidade brasileira, o que vem a impactar diretamente a política de educação. A Emenda Constitucional 95 de 2016 acarretou uma minimização no que diz respeito a responsabilidade do Estado na educação superior, colocando sob ameaça sua base de organização, a qual encontra-se pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O ataque ao Ensino Superior, também pode ser compreendido como uma estratégia utilizada pela classe burguesa dominante na tentativa de “barrar” a amplitude do conhecimento crítico e da visão de mundo que as instituições superiores públicas procuram imprimir, a qual só é possível a partir de uma formação que busque a emancipação dos indivíduos, que não os prepare apenas para a integração ao mercado de trabalho, mas que acima de tudo, prepare indivíduos conhecedores de seus direitos e conscientes de sua cidadania. Nessa linha de entendimento, Santana; Stampa e Carvalho (2020, p.71) reforçam que:

Nesse sentido, um dos grandes desafios a serem enfrentados, é a formação de profissionais que, além do domínio técnico e científico, seja realmente um intelectual que possa atuar numa perspectiva de construção de um projeto social democrático e solidário. E essa tarefa não pode ser delegada à sociedade em geral. O espaço adequado e específico de seu desenvolvimento é, fundamentalmente, a escola e a universidade, que não se confunde com cursos livres ou comércio de diplomas no mercado nacional.

Assim, compreende-se que na sociedade capitalista, principalmente após a implantação das políticas neoliberais, a educação sofre com o processo de desmonte das políticas sociais. As Universidades Públicas padecem diante da ausência de recursos, como o congelamento de concursos e salários e com uma notável desvalorização da carreira docente, além da espantosa expansão da rede privada e da educação a distância (EAD), assim:

Nesse contexto, destaca-se a publicação da Portaria da Capes nº 90, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre os programas de pós-graduação (PPGs) stricto sensu na modalidade de educação à distância. Essa Portaria amplia a possibilidade de privatização do ensino superior em nível de pós-

graduação e foi emitida no contexto do já bastante comprometido financiamento das universidades federais públicas (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 76).

Acerca da expansão da rede privada, o Censo de Educação Superior realizado em 2021 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, demonstrou que existem 2.574 Instituições de Educação Superior, em que desse total 2.261 são instituições privadas. O referido censo, traz ainda, a informação de que existem 8.986, 554 matrículas nas instituições públicas, entre as quais 6.907,893 são realizadas na rede privada. Esses dados mostram que a maioria das instituições de educação superior no país são da rede privada.²

Sobre a educação à distância, cabe destacar, que a EAD precariza a formação e a área profissional, uma vez que promove a criação de um exército de reserva de profissionais com salários baixos. Além do mais, a limitação do conhecimento acadêmico e no âmbito da pesquisa, se reflete numa formação limitada e restrita, o que por conseguinte não favorece um conhecimento de mundo que o âmbito universitário pode proporcionar. Assim, compreende-se que essa modalidade de ensino massifica e desvaloriza a formação o ensino superior.

Pensar o Ensino superior e seu acesso mediado pela tecnologia, dentro dessa lógica de mercantilização, traz a necessidade de situar o debate a partir dos anos 2000, quando foi aprovado o Protocolo e/ou Processo de Bolonha³ e que foi incorporado pelo Brasil em 2009. O Protocolo de Bolonha apresentou como proposta, um projeto de reorganização do ensino superior, mediante novas diretrizes que se manifestariam tanto a nível de graduação como de pós graduação , mediante algumas determinações, a saber: o aligeiramento do ensino superior, fragilização da

² De acordo com o portal G1, de todos os alunos matriculados em graduação em 2021, 76,9% estavam inscritos em instituições privadas. Das 22,6 milhões de vagas em cursos de graduação oferecidas em 2021, 21.859.441 vagas foram ofertadas pela rede privada. Dos ingressantes em cursos de graduação, 3.452.756 eram de instituições privadas contra 492.141 em instituições públicas. Com relação a EAD os dados do censo mostraram a consolidação do aumento de matrículas e de cursos na modalidade EAD. Em 2021, as matrículas em cursos de graduação na modalidade de ensino à distância já eram 41,4%. Na rede privada, 70,5% dos ingressantes na graduação em 2021 eram estudantes de cursos à distância. Na licenciatura, 61% das matrículas em 2021 foram em cursos EAD. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/04/inep-divulga-dados-do-censo-da-educacao-superior-2021.ghtml>Acesso em: 10/12/2022.

³ O Protocolo de Bolonha incorporou muitas recomendações do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, visando a constituição da União Europeia. Trata-se de um processo que teve início na década de 1990, desenvolvido pela Declaração da Sorbonne/Paris/França, sendo constituído por quatro países (França, Alemanha, Itália e Reino Unido). O Protocolo de Bolonha consistia em uma declaração de intenção, o qual teve como objetivo traçar novas diretrizes para o Ensino Superior na Comunidade Europeia. Ele pode ser compreendido como um Projeto de reorganização do Ensino Superior que começou inicialmente na Europa e que se expandiu para os demais, inclusive no Brasil a partir de 2009 (BOSCHETTI, 2016).

formação (mais curta, mais superficial, com menos fundamentação crítica) e submissão ao mercado consumidor; proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais; EAD em todos os níveis e a expansão do ensino privado (BOSCHETTI, 2016).

Ainda no dizer da autora, o Processo de Bolonha trouxe também, como proposta três faces⁴, assim detalhadas: face acadêmica, caracterizada a partir de uma padronização, com vistas a integração dos jovens ao mercado de trabalho, em que a formação ocorreria por baixo, com currículos curtos e flexíveis; face econômica, condicionada as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), que empurrava a formação superior para a subordinação ao sistema produtivo e a face política, que propunha a padronização das universidades (mesmo formato em diferentes realidades), com financiamento autossustentável, refletindo-se numa graduação barata, curta e rápida e com mestrados curtos e pagos.

Para Iamamoto (2015), a lógica mercantil imposta as Universidades brasileiras, apresenta-se como uma política assumida nos últimos governos. Tal política, estimula a privatização dessas instituições, submetendo o ensino superior aos ditames da financeirização das economias e aos interesses empresariais. Essa forma de tratamento dispensada a educação superior foi acelerada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em decorrência do processo de privatização efetivado nesse período, por meio das propostas de “reforma universitária”. Os governos petistas, de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff deram continuidade à política macroeconômica de FHC, e consolidaram suas propostas, materializando-as na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996.

Em 2018, com a entrada de Jair Messias Bolsonaro (PL), assistimos a uma continuidade dos desmontes nos direitos sociais e conseqüentemente na educação superior, principalmente nas instituições federais, há nesse sentido, um crescente processo de desmonte do financiamento do ensino superior⁵ público em curso no país.

⁴ Essas três faces apresentadas pelo Protocolo de Bolonha para as Universidades Públicas, consolidam e alimentam o avanço do Conservadorismo na conjuntura atual e configura-se como um retrocesso acerca das históricas lutas em prol de uma educação profissional crítica.

⁵ Segundo informações disponibilizadas no G1 em 06/10/2022, O Ministério da Educação é o mais atingido pelos congelamentos nos gastos públicos, o qual acumula um bloqueio de quase R\$ 3 bilhões em 2022, dos quais segundo dados da Instituição Fiscal Independente, R\$ 763 milhões foram bloqueados nas universidades federais, o equivalente a quase 14% da verba anual das instituições.

De acordo com Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da Universidade Federal do Paraná, em entrevista ao portal G1 (06/10/2022)⁶, informou que os cortes na educação superior comprometem todo o funcionamento das instituições, impactando até mesmo as despesas básicas do dia a dia, como os serviços de manutenção, vigilância, limpeza, luz, água, dentre outros. A ausência desses serviços as instituições inviabilizam o funcionamento de tais instituições.

Nessa linha de entendimento, Farage (2021)⁷ analisa que a educação pública brasileira vem sendo constantemente golpeada pelo processo intensificado de mercantilização, desestruturação, privatização e perda de autonomia. Esse cenário de desmonte na educação, pode ser visualizado nos frequentes cortes orçamentários que somam, desde 2015, mais de 6 bilhões de reais.

As reflexões suscitadas no decorrer deste trabalho, evidenciam que a educação pública no Brasil, em especial a educação superior vem enfrentando uma série de dificuldades em sua operacionalização. Tais dificuldades se refletem por meio de uma série de ataques, os quais se manifestam através de medidas governamentais operacionalizadas em cada momento histórico, e que se acirram com o golpe jurídico parlamentar de 2016 e posteriormente tiveram um agravamento ainda mais profundo na atual gestão do governo Bolsonaro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os impactos das políticas neoliberais na política de educação superior, precisa ser compreendida como mais uma retirada de direitos da classe trabalhadora, já que tal realidade é atravessada pela percepção de que mais uma vez, para o segmento populacional vulnerabilizado da sociedade, há um forte interesse na oferta de uma formação técnica e esvaziada de conteúdo e de formação crítica. Há, nesse sentido, uma concepção de que em qualquer nível educacional, o aluno deve ser formado para atender as necessidades do mercado de trabalho.

⁶<https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/10/06/para-entidade-corte-do-governo-bolsonaro-na-educacao-afeta-agua-e-luz-e-inviabiliza-universidades.ghtml>

⁷ O autor afirma ainda que, [...] a contrarreforma da educação, deve ser analisada de maneira articulada com outras ações [...] como: a elevação do percentual de ensino a distância nos cursos presenciais que passou de 20% para 40%, prevista na Portaria nº 2117/2019 do MEC; a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os investimentos em políticas públicas até o final de 2021; a terceirização das atividades fins, aprovada pela Lei nº 13.429/2017 [...]. (FORAGE, 2021, p. 50).

Assim, é perceptível que a educação superior no Brasil vem enfrentando uma série de dificuldades que se aprofundam com o golpe de 2016, uma vez que este fator, propiciou a entrada de Michel Temer na arena política, o qual pode ser compreendido como um governo de direita que se comprometeu “inteiramente” com os interesses da classe dominante. Após a saída de Michel Temer (MDB), assume Jair Messias Bolsonaro (PL) com uma política de extrema direita, que aprofunda ainda mais as políticas neoliberais de ataque ao ensino superior, a pesquisa, a ciência e as minorias.

Assim, é possível compreender que na lógica neoliberal, objetiva-se a não garantia do acesso à educação pública e de qualidade. A concepção adotada pelo modelo neoliberal, é que tal oferta implicaria em gastos e/ou desperdícios aos cofres públicos.

Logo, diante dos elementos problematizados no decorrer deste trabalho, surge a inquietação: essa recusa e falácia propagada em torno da desconstrução de legitimidade da educação e formação superior, não seria uma estratégia adotada pela ideologia neoliberal, por compreenderem que a educação, enquanto propulsora do conhecimento e da cultura, tornaria a classe trabalhadora mais consciente de sua realidade e capaz de se confrontar com tal realidade?

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, I. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (orgs.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25/11/2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Censo da Educação Superior 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10/12/2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 25/11/2022.

Censo da Educação Superior 2021 mostra aumento no número de vagas EAD e queda na modalidade presencial. **Portal de notícias G1**. São Paulo, 04/11/2022. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/#:~:text=SOBRENOME%2C%20Nome.-,T%C3%ADtulo%20da%20mat%C3%A9ria.,%3A%20dia%2C%20m%C3%AAs%20e%20ano>. Acesso em: 11/12/2022.

COURI, J. R. Crise do capitalismo e suas implicações nas políticas sociais. **Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade** | v.6 | n.1, 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/483>. Acesso em: 16/09/2022.

COSTA, A. C. M; OLIVEIRA, M. C. As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, 2011. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:IBVeT5UQccEJ:scholar.google.com/+o+surgimento+do+neoliberalismo+no+mundo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 12/11/2022.

FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/11/2022.

GASPAROTTO, G. P; GROSSI, P. K; VIEIRA, M. V. O Ideário Neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas**, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8153>. Acesso em: 15/09/2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3. Ed. São Paulo: Edições Layola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, B; PERNA, Y. **Após bloqueio no MEC, reitores de universidades dizem que terão de 'cortar no osso': limpeza, restaurante, luz, água e bolsas estudantis**. 2022. GloboNews: G1 globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/10/06/para->

entidade-corte-do-governo-bolsonaro-na-educacao-afeta-agua-e-luz-e-inviabiliza-universidades.ghhtml. Acesso em: 28/11/2022.

MANCEBO, D. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 49, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5639/563968380004/563968380004.pdf>. Acesso em: 14/11/2022.

MARRACH, S. A. et al. **Neoliberalismo e educação. Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/BM_634638873694865000tx_compil_3_neoliberalismo_e_educacao.pdf. Acesso em: 20/11/2022.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>. Acesso em 24/08/2022.

MOREIRA, I. A. W.; BAVARESCO, T. C.; SILVA, V. Neoliberalismo e Educação Superior no Brasil: contexto de crise e desmonte social. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_537_537612d3dde0a883.pdf. Acesso em: 26/11/2022.

SANTANA, J. V.; STAMPA, I.; CARVALHO, D. B. B. A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto Ultraneoliberal. *In: x JOAZEIRO, E. M. G; GOMES, V. B. (Org.). Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: <https://ppgss.paginas.ufsc.br/files/2021/02/Servi%C3%A7o-Social-forma%C3%A7%C3%A3o-pesquisa-e-trabalho-profissional-em-diferentes-contextos-EDUFPI.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

SANTOS, D. B. Crise, Conservadorismo e Bolsonaro: uma reflexão necessária. **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**. UEPB, 2020. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/26100>. Acesso em 15/11/2022.

SANTOS, R. S. O capitalismo dependente e a globalização neoliberal: três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016). **Tese de Doutorado**, Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: Acesso em: 28/08/2022.

TEIXEIRA, F. J. S; OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TONET, I. **Educação contra o capital**. UFAL, 2012. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf. Acesso em: 18/11/2022.